



RELISE

PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL E A MORTALIDADE PRECOCE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS¹

Walter Luiz de Oliveira²

RESUMO

A Constituição Federal assegura tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas (MPEs). No entanto, constata-se que existe um elevado número de micro e pequenas empresas (MPEs) que encerram suas atividades pouco tempo após terem sido constituídas, já que 23,4% delas são encerradas antes mesmo de completar dois anos de atividade. Este trabalho tem por finalidade buscar o entendimento deste fenômeno, analisando os fatores que resultam na alta taxa de mortalidade de MPEs e as medidas que podem contribuir para a redução desse preocupante índice. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica visando responder a duas questões-problemas: Por que é tão elevada a taxa de mortalidade das MPEs? O que deve fazer o micro e pequeno empreendedor para que seu negócio seja sustentável? Para tanto, foram compilados dados extraídos de estudos realizados por autores renomados e instituições especializadas, visando a demonstração estatística dos fatores que resultam na mortalidade das MPEs e as medidas necessárias para evitar que isto ocorra e dados comparativos que apontam a redução da taxa de mortalidade em nosso país. Concluiu-se que o micro e pequeno empreendedor deve conscientizar-se da necessidade de qualificar-se cada vez mais, adquirindo habilidades e competências organizacionais, através de boas práticas gerenciais e de empreendedorismo, adotando medidas aptas a aumentar a competitividade e assegurar a sustentabilidade de empresa.

Palavras-chave: micro e pequena empresa, mortalidade, sustentabilidade.

ABSTRACT

The Federal Constitution ensures differentiated and favored treatment to micro and small enterprises (MSEs). However, it appears that there are a large number of micro and small enterprises (MSEs) that close down shortly after they were incorporated, as 23.4% of them are closed even before completing two years of activity. This paper aims to seek understanding of this phenomenon by analyzing the factors that result in the high mortality rate of

¹ Recebido em 30/08/2019.

² Faculdade Campo Limpo Paulista. walterluizdeoliveira@gmail.com

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 5, n. 3, p. 214-241, mai-jun, 2020

ISSN: 2448-2889



RELISE

215

MSEs and the measures that may contribute to the reduction of this worrying index. To this end, a literature search was conducted to answer two problem questions: Why is the mortality rate of MSEs so high? What must micro and small entrepreneurs do to make their business sustainable? For this purpose, data were extracted from studies carried out by renowned authors and specialized institutions, aiming at the statistical demonstration of the factors that result in the mortality of the MSEs and the necessary measures to prevent this from happening, and comparative data that indicate the reduction of the mortality rate in our country. It was concluded that micro and small entrepreneurs must become aware of the need to qualify more and more, acquiring organizational skills and competences, through good management and entrepreneurship practices, adopting measures able to increase competitiveness and ensure the sustainability of company.

Keywords: micro and small business, mortality, sustainability.

INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas (MPEs) encontram especial proteção por parte da Constituição Federal, que lhes assegura tratamento jurídico diferenciado, incentivando seu desenvolvimento "pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei" (CF, art. 179).

Por outro lado, constata-se que existe um elevado número de MPEs que encerram suas atividades pouco tempo após terem sido constituídas, já que 23,4% delas são encerradas antes mesmo de completar dois anos de atividade.

Este artigo busca entender os motivos pelos quais isto ocorre, analisando os fatores que resultam na alta taxa de mortalidade de MPEs e as medidas que podem ser adotadas para reduzir essa taxa de mortalidade.

O estudo se justifica pela importância econômica e social das MPEs, que correspondem a 99,12% do total de empresas existentes no Brasil e 52% dos postos de trabalho do setor privado (SEBRAE, 2016).

Assim, busca-se responder a duas perguntas fundamentais:



RELISE

216

Por que é tão elevada a taxa de mortalidade das MPEs?

O que deve fazer o micro e pequeno empreendedor para que seu negócio seja sustentável?

Para tanto, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira:

A segunda seção contém a fundamentação teórica, explicitando os conceitos aplicáveis ao trabalho, servindo de base para a análise dos dados que compõem o tema em estudo.

Na terceira seção descreve-se a metodologia empregada e os modelos aplicáveis na busca de respostas às questões acima propostas.

A quarta seção trata da análise e interpretação dos resultados da aplicação dos conceitos teóricos estudados, em concordância com a realidade apontada pelas pesquisas realizadas por entidades especializadas no tema, cujos resultados serviram como base desta análise.

A quinta seção finaliza este trabalho, através de conclusões específicas, que sintetizam as observações efetuadas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com o artigo 146, III, “d” da CF, cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre a “definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239 (incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).”

Assim, a proteção das MPEs, estabelecida pela CF-1988, é fixada pela “Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas”, cuja redação atualmente em vigor é a que consta da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 que, dentre inúmeras disposições, estabelece a definição legal de microempresa (ME) e de



RELISE

217

empresa de pequeno porte (EPP) (também conhecida como “pequena empresa”), nos seguintes termos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). *(Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016)*

O tratamento diferenciado estabelecido pela LC 123/06, consiste numa série de dispositivos legais voltados para o incremento das MPEs, tais como:

a) Implantação de Sistema Tributário Unificado (Supersimples), que reúne em um único documento de recolhimento oito impostos (seis federais, um estadual e um municipal) (art. 12 e seguintes);

b) Ampla faixa de contribuição (art. 3º), o que facilita a inclusão de grande número de empresas nos benefícios assegurados às MPEs;

c) Fiscalização dos pagamentos preventiva e orientadora (art. 1º, § 5º; art. 55)

d) Não-incidência de tributos sobre exportação (art. 3º, §14);

e) Inclusão de novas atividades que podem optar pelo novo regime tributário (art. 3º, *caput*);

f) Institucionalização do Cadastro Unificado, um guichê único para entrega de todos os documentos (art. 2º, inc. III);

g) Permissão para funcionamento imediato das empresas com risco moderado ou baixo, sem a necessidade de vistorias prévias; mediante conhecimento das obrigações por parte do empresário (6º);



RELISE

218

- h) Facilidade para fechar a empresa, com a opção de transferir o passivo do encerramento para a pessoa física (art. 4°);
- i) Estímulo à inovação (arts. 64 e seguintes)
- j) Obrigatoriedade às instituições de inovação e pesquisa de investir 20% de seus recursos em ações de desenvolvimento focadas nas pequenas empresas (art. 65, ° 2°);
- k) Ampliação do acesso ao crédito, principalmente por meio das cooperativas de crédito, que passam a ter acesso direto a recursos do FAT, para emprestar exclusivamente a MPEs (art. 62);
- l) Incentivo à participação das MPEs em compras governamentais, por meio de licitações limitadas a pequenas e microempresas, com desburocratização do processo (art. 49).
- m) Vários outros benefícios descritos na LC 123/06.

Importância das MPEs

O *status* constitucional da proteção conferida às MPEs justifica-se por sua importância econômica e social, a seguir analisada:

O IBGE (2010) aponta que as MPEs são uma grande oportunidade para as pessoas que desejam desenvolver seu próprio negócio, e também uma alternativa para os que têm pouca qualificação e não conseguem um emprego nas empresas consideradas de grande porte.

Um estudo do Sebrae (2016) aponta que, anualmente, são criados no Brasil 1.200.000 novos empreendimentos e que as MPEs representam 99,12% do total de empresas existentes no Brasil.

O mesmo estudo revela que as MPEs representam 27% de participação no PIB nacional e respondem por 52% dos postos de trabalho do setor privado (16,1 milhões), o que configura uma situação paradoxal, ante a elevada taxa de mortalidade que elas enfrentam, da ordem de 23,4% de MPEs



RELISE

219

encerradas sem chegar a dois anos de existência e 58% antes de completar cinco anos (SEBRAE, 2016).

Tudo isto demonstra a importância das MPEs para o crescimento e desenvolvimento do país, principalmente no que toca à geração de emprego e, por este motivo, KOTESKI (2004) afirma que “as micro e pequenas empresas são um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo infindável número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente”.

Confirmando a pujança do empreendedorismo no Brasil, um dos maiores estudos contínuos sobre a dinâmica empreendedora no mundo, promovido pela *Global Entrepreneurship Monitor* – GEM (2013) mostra que o Brasil possui o maior número de empreendedores de negócios novos entre os 17 países membros do G20 que participaram da pesquisa.

A mesma pesquisa da GEM revelou que entre 5 países do grupo dos BRICS, o Brasil tem a população mais empreendedora, com 71% de empreendedores em estágio inicial por oportunidade, seguido pela África do Sul (70%), China e Rússia (ambas com 66%) e Índia (61%) (GEM, 2013).

Mortalidade das MPEs no Brasil

Em que pese a grande importância das MPEs para a economia brasileira e a proteção legal que elas recebem, nota-se que são muito elevados os índices de mortalidade precoce de micro e pequenas empresas, gerados por diferentes elementos e condições ligadas a estas unidades produtivas:

O mais recente estudo de alcance nacional relativo à sobrevivência/mortalidade das MPEs, foi publicado pelo SEBRAE-NA em outubro/2016, apontando que é de 23,4% a taxa de mortalidade das empresas



RELISE

220

que encerram suas atividades antes de completarem 2 anos de atividade (SEBRAE, 2016).

Esse estudo aponta uma gradual redução dos índices de mortalidade e demonstra a existência de correlação entre a melhora da sobrevivência e os avanços verificados tanto no âmbito dos negócios (p.ex. conjuntura econômica favorável), quanto no que diz respeito à evolução das características dos próprios empreendedores brasileiros (p.ex. aumento da escolaridade e dos esforços de capacitação), conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Taxa de Mortalidade de MPEs de até 2 Anos em 2014

ANO DE ABERTURA	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	TOTAL
2008	41%	49%	45%	48%	45,8%
2009	41%	48%	44%	46%	44,6%
2010	17%	22%	22%	25%	23,8%
2011	19%	23%	25%	26%	24,2%
2012	20%	21%	23%	25%	23,4%

Fonte: SEBRAE-NA (2016, pp. 8 e 19), a partir de processamento das bases de dados da SRF disponíveis até 2014.

Analisando os dados da Tabela 1, o SEBRAE concluiu que a maior redução da taxa de mortalidade obtido por empresas do setor industrial parece estar relacionada aos requisitos de capital e tecnologia, que tendem a ser proporcionalmente maiores nesse setor, o que reduz a entrada de concorrentes e a pressão concorrencial. Esse estudo aponta situação inversa no setor de construção civil, com menores requisitos de capital e tecnologia, o que implica maior facilidade de ingresso no mercado e maior pressão concorrencial.

Entretanto, o próprio SEBRAE esclarece que “a última base de dados disponibilizada pela SRF foi a referente ao ano de 2014, razão pela qual só é possível identificar a taxa de sobrevivência de 2 anos para as empresas criadas até 2012” (*op. cit.*, p. 5).



RELISE

221

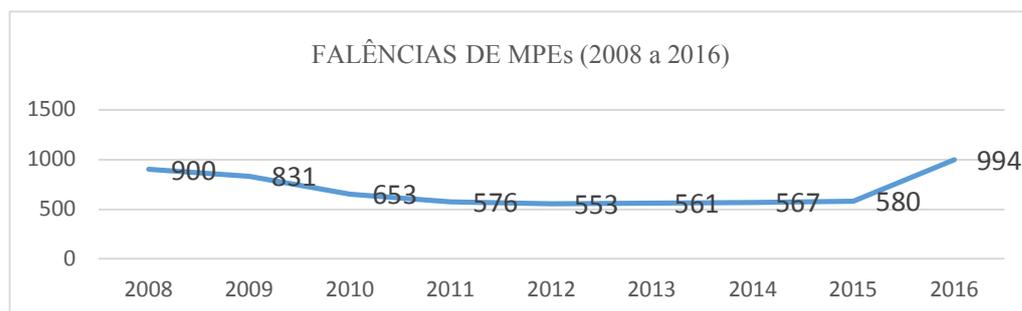
Em outras palavras: os resultados da pesquisa têm origem numa base de dados antiga, que só alcança as empresas abertas de 2008 a 2012 e nada evidencia sobre o período posterior.

Este fato é relevante, porque a redução das taxas de mortalidade, verificada no período em questão, ocorreu numa época em que o mercado estava aquecido por quase uma década de crescimento econômico. Porém, esse quadro mudou drasticamente a partir de 2012, quando eclodiu severa e crescente recessão econômica, tida por muitos como a mais grave crise econômica da História de nosso país.

Esse período é melhor retratado pelo Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações (2017), que reflete esses dois momentos da economia brasileira.

Primeiro, de 2005 a 2012, registrou-se redução na decretação de falências de micro e pequenas empresas, de 900 (em 2008) para 553 (em 2012). Em seguida, percebe-se gradual crescimento do número de falências, indo de 553 (em 2012) para 580 (em 2015) e culminando com um salto no ano de 2016 (994), conforme ilustrado pelo Gráfico 1.

Gráfico 1 – Falências de MPEs entre 2008 e 2016



Fonte: Indicador Serasa Experian (2017)

Outro dado importante, e que também reflete a piora da economia brasileira a partir de 2012, é a taxa de desemprego, apurada na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), realizada anualmente pelo IBGE, pela qual se verifica gradual redução, de 8,1% (2009) para 5,4% (2013) e, a partir



RELISE

222

daí grande elevação, culminando na taxa de 11,2% (2016), onde se constata que a taxa de desemprego mais que dobrou nos últimos 3 anos, conforme ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de desemprego no Brasil entre 2008 e 2016



Fonte: IBGE (2017)

Esses dados demonstram que, de 2012 a 2016, o número de falências de MPEs quase dobrou e a taxa de desemprego mais que duplicou.

Isto sugere que a taxa de mortalidade das MPEs é virtualmente superior ao que foi divulgado pela pesquisa de Sobrevivência de Empresas (SEBRAE, 2016), principalmente levando em consideração que esta utilizou base de dados antiga (como já explanado), que não refletem a conjuntura econômica instalada a partir de 2012, marcada pela recessão, desemprego, fechamento de empresas, e que perdurava até o momento em que os dados acima foram incluídos neste texto (30 de janeiro de 2017).

De todo modo, é de se reconhecer que, em qualquer conjuntura, a taxa de mortalidade de 23,4% relativa à quantidade de MPEs que não conseguem sobreviver aos dois primeiros anos de atividade, é uma proporção por demasiado elevada, tendo em vista a elevada proporção de trabalhadores que dependem das micro e pequenas empresas para sobreviver.



RELISE

223

O paradoxo entre a importância e a mortalidade das MPEs

Diante do que se observa, as MPEs brasileiras vivem uma situação paradoxal: por um lado, elas encontram proteção constitucional e têm consolidada uma participação expressiva na economia, por outro lado, toda essa proteção e importância tem sido de pouca valia para as MPEs enfrentarem suas próprias dificuldades, especialmente aquelas com até 2 anos de existência, que alcançaram a taxa de mortalidade de 23,4% no âmbito nacional (SEBRAE, 2016).

Assim, esta pesquisa dedica-se ao estudo da problemática acerca da extinção precoce das novas empresas, à busca das causas e a identificação de medidas que possam contribuir para a sustentabilidade das MPEs.

METODOLOGIA

O foco desta pesquisa concentra-se na identificação dos principais fatores associados com a mortalidade de micro e pequenas empresas. Para tanto, foi efetuado um levantamento bibliográfico em que se buscou elaborar uma revisão teórica sobre o assunto, que proporcionasse subsídios para a composição de um conjunto de fatores relacionados com o encerramento das atividades das micro e pequenas empresas. Em seguida, efetuou-se um levantamento de dados estatísticos resultantes das pesquisas de campo levadas a efeito por entidades especializadas, tais como SEBRAE e IBGE e consequente análise desses dados.

Para proceder à coleta e análise dos dados, foi adotada uma estratégia baseada na realização de um levantamento bibliográfico sobre os relatórios das pesquisas de campo e estudos levados a efeito pelo SEBRAE.



RELISE

224

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

A pesquisa bibliográfica teve por objetivo responder as duas perguntas fundamentais, apontadas no início deste trabalho:

- **POR QUE É TÃO ELEVADA A TAXA DE MORTALIDADE DAS MPES?**
- **O QUE DEVE FAZER O MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR PARA QUE SEU EMPREENDIMENTO SEJA SUSTENTÁVEL?**

Fatores determinantes da mortalidade das organizações

Este item busca responder à primeira questão-problema:

“POR QUE É TÃO ELEVADA A TAXA DE MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS?”

Opinião dos estudiosos

As elevadas taxas de mortalidade de empresas sempre despertaram o interesse dos pesquisadores em diversas partes do mundo, e DAVIS (1939) já as estudava no final da década de 1930. Sua pesquisa, realizada com base nos dados da empresa *Dun & Bradstreet*, mostra que, em algumas cidades dos Estados Unidos, a mortalidade de pequenas empresas chegava a 77,6% ao final do terceiro ano de existência.

Desde então, vasta literatura foi produzida, gerando enorme disparidade de resultados. Isto ocorre porque, segundo COCHRAN (1981), dependendo do conceito que se tome por base, o resultado de uma pesquisa sobre mortalidade ou falência de empresas pode variar muito e gerar resultados pouco confiáveis, e que, quanto mais amplo o conceito, maior será a taxa de mortalidade encontrada.

Segundo DAVIS (1939), os principais fatores citados pelo autor como



RELISE

225

responsáveis pela alta mortalidade são: a falta de mão de obra especializada, a falta de infraestrutura, a instabilidade política e econômica, a rápida mudança de demanda por parte dos clientes.

COCHRAN (1981), ao revisar a literatura sobre o assunto, identifica a falta de competência gerencial e a falta de experiência no ramo de negócio como fatores associados à mortalidade mais citados pela maior parte dos estudos pesquisados.

HOLMES e HASWELL (1989) reforçam esta visão afirmando que a competência gerencial e a falta de experiência no ramo também são consideradas fatores contribuintes para a mortalidade precoce de pequenas empresas na Austrália. Seus estudos mostram que, das 418 empresas falidas entre os anos de 1981 e 1985, 90% tiveram sua morte associada a um dos dois fatores citados acima.

Para ADIZES (1996), a criação e o desenvolvimento de um negócio só se dão pela real necessidade de consumidores empresariais ou finais a ser satisfeita e ele considera este o primeiro fator associado à mortalidade precoce de pequenas empresas, visto que muitos negócios são abertos sem ter identificado uma necessidade existente no mercado a ser satisfeita.

Os estudos de BARROW (1993) nos mostram as razões pelas quais as pequenas empresas britânicas fecham como segue abaixo:

- Falta de experiência do empreendedor;
- Falta de estratégia de *marketing*;
- Avaliação demasiadamente otimista do tamanho do mercado;
- Subestimar o tempo de alavancagem do negócio;
- Falta de capital de giro;
- Custo de criação da empresa muito alto;
- Capacidade produtiva menor do que a demanda;



RELISE

226

- Escolha errada do ponto considerando maior volume de pessoas do que o real; e

- Seleção e gestão de pessoas sem competência para o negócio.

No estudo realizado por AUDRETSCH (1995) sobre sobrevivência e crescimento, verifica-se que, num período de 10 anos, as empresas que tendem a sobreviver são aquelas que têm um tamanho maior, investem mais em inovação e, portanto, crescem mais rápido.

Além disso, segundo BATES (1995), o perfil do empreendedor influencia em grande escala a probabilidade de morte da empresa, pois, de acordo com sua pesquisa sobre empresas independentes e empresas franqueadas dos Estados Unidos, é evidenciado que empreendedores que buscam franquias são aqueles que têm menor propensão a assumir riscos, o que está ligado diretamente ao baixo retorno do negócio, levando à morte da empresa. O autor mostra que pequenas empresas franqueadas possuem maiores taxas de descontinuidade do negócio e menor retorno do que as empresas criadas de maneira independente.

Complementando as conclusões de BATES, os pesquisadores BIRLEY e NIKTARI (1996) identificam outros quatro fatores ligados ao perfil dos empreendedores que estão associados à mortalidade de pequenas empresas:

- Perfil inflexível, resistente a mudanças e não aceita procurar ajuda externa;
- Contrata equipe de baixa competência e com baixa experiência no ramo;
- Falta de planejamento; e
- Falta de organização das operações da empresa.

Outros fenômenos que podem resultar na morte das empresas

Em que pese a multiplicidade de situações que resultam na



RELISE

227

descontinuação das empresas, há ainda dois outros fenômenos que podem resultar na morte das empresas e, por isto, merecem especial atenção:

- a insuficiência de negócios (“**undertrading**”), que ocorre quando uma empresa tem um volume de vendas inferior ao que sua estrutura permite, isto é, com lucros menores do que poderia obter se utilizasse toda a sua capacidade e, portanto, com a rentabilidade sobre o capital, inferior do que a que lhe é possível obter (LUNELLI, 2014), o que pode ocorrer pelos mais variados fatores, tais como: a falta de habilidade administrativa, financeira, mercadológica ou tecnológica do empreendedor, além da instabilidade econômica e da falta de crédito no mercado (AZEVEDO, 1992).

- o excesso de negócios (“**overtrading**”), que ocorre quando o volume de operações da empresa passa a ser tão grande, a ponto de ficar desproporcional com o seu capital de giro. É o que MOREIRA (2014) denomina “Desequilíbrio Operacional”. LUNELLI (2014), evocando a linguagem popular, afirma que é uma situação onde o empresário está tentando “*dar um passo maior que as pernas*” e, portanto, acima das reais possibilidades da empresa e, sob estas condições, a empresa está em “overtrade”, a caminho do fim.

Estudos sobre a mortalidade das MPEs no Brasil

Ao contrário do que ocorre em outros países, principalmente nos Estados Unidos, o Brasil não possui muitos estudos com aplicação de metodologia de pesquisa científica sobre a mortalidade de pequenas empresas e não possui uma sistematização do estudo sobre este assunto, como a DUN & BRADSTREET (2012), que realiza pesquisas periódicas sobre falência e fechamento de empresas.

Apesar disso, são encontrados alguns estudos, dentre os quais os que serão mencionados a seguir.

Desde 1999, o SEBRAE realiza pesquisa sobre sobrevivência e



RELISE

228

mortalidade das empresas do Estado de São Paulo e, assim, destacou em sua pesquisa inicial que os entraves mais relevantes ao êxito dos negócios no País são: o baixo nível de escolaridade e renda do empreendedor, que por falta de crédito junto às instituições financeiras, utiliza capital próprio ou da família, o que limita o crescimento da empresa e a torna vulnerável às oscilações e à sazonalidade do mercado.

Além disso, a legislação também é citada como injusta, pois o tratamento dado é semelhante a todas as empresas, independente do seu tamanho (SEBRAE, 1999).

Motivos alegados para o encerramento entre 2003 e 2007 (SEBRAE, 2014)

Considerando suas pesquisas dos últimos doze anos sobre sobrevivência e mortalidade das empresas do Estado de São Paulo, abertas no período de 2003 a 2007, o SEBRAE-SP (2014) destaca os seguintes motivos alegados pelos responsáveis das empresas pelo encerramento das atividades dessas empresas:

- Falta de clientes (18%);
- Falta de capital (10%);
- Problemas de planejamento (10%);
- Perda do cliente único (9%);
- Problemas com sócios (8%);
- Encontrou outra atividade (8%);
- Custos elevados (7%);
- Problemas particulares (7%);
- Falta de lucro (7%); e
- Outros motivos (15%).



RELISE

229

Constatações do SEBRAE e da literatura especializada

Os estudos realizados por Filardi (2006), Ribeiro Neto (2008), Da Silva (2008), Filardi e Santos (2012) e Nascimento (2011) confirmam as pesquisas realizadas pelo SEBRAE e dos demais autores citados neste trabalho, dando conta de que não existe um fator específico que possa ser responsabilizado isoladamente pelo encerramento precoce das atividades de uma MPE.

Entretanto, segundo estudos do SEBRAE (2014), esses fechamentos poderiam ter sido evitados se erros básicos fossem corrigidos no início da empresa: a falta de clientes, por exemplos, poderia ser prevenida com a simples observação do mercado, da concorrência ou do produto que estava sendo oferecido. Muitas vezes, a localização e os produtos ou serviço oferecidos pela empresa não estão de acordo com as características do mercado onde atua.

Refletindo a respeito do estudo realizado pelo SEBRAE, constata-se a falta de um bom estudo de mercado, planejamento e gestão por parte dos empreendedores que fracassaram.

Síntese dos erros que devem ser evitados

LEMES JÚNIOR (2010) sustenta que o empreendedor não pode deixar de tomar alguns cuidados ao partir para a abertura do negócio e aponta os erros mais frequentes, a serem evitados que, segundo o autor, decorrem principalmente da falta de conhecimento de mercado, falta de planejamento, da pressa e do excesso de confiança:

- Desconhecimento total do negócio: o futuro empresário julga saber tudo sobre o assunto apenas porque falou com alguém do ramo ou porque leu algum artigo em jornal ou assistiu a alguma entrevista na televisão.
- Desconhecimento do potencial de demanda e da concorrência: muitas vezes um bom negócio é tão imitado que se torna incrível.



RELISE

230

- Produto inadequado: pode se engessar em um mercado onde o ciclo de vida do produto já se encontra em declínio, apesar de ainda vender bem.
- Não possuir os recursos tanto financeiros, quanto de matéria-prima, tempo disponível ou de pessoal capacitado.
- O local escolhido não é o ideal para aquele negócio, o ponto pode ser inadequado por inúmeros fatores que envolvem: a circulação de potenciais clientes, existência de estacionamento, perfil socioeconômico da vizinhança ou existência de concorrentes muito fortes.
- Escolha de sócios inadequados: um empreendimento passa eventualmente por situações difíceis, às quais os sócios devem enfrentar em conjuntos. Discordâncias severas podem tornar o negócio inviável.
- Crise econômica: as crises econômicas às vezes propiciam abertura de bons negócios ou alavancam os já existentes, mas dependendo do produto ou serviço oferecidos podem prejudicar e até mesmo inviabilizar o sucesso da empresa.
- Não acompanhar informações, principalmente quando envolvem exportações e importações, ou produtos que possam ser considerados supérfluos pelos clientes, pois serão os primeiros a serem cortados no orçamento.
- Falta de conhecimento de quem serão os fornecedores: existem fornecedores fortes o bastante para impor seus prazos e condições, a despeito das necessidades daqueles que se utilizam de seus serviços.
- Falta de planejamento de como serão feitas a distribuição e a divulgação do produto ou serviço. Muitas vezes o custo do frete inviabiliza a venda, e a falta de divulgação fará com que o produto não seja conhecido e, conseqüentemente, não adquirido.
- Não possuir uma rede de relacionamento básica, pelo menos para auxiliar nos momentos em que os conhecimentos sobre um determinado



RELISE

231

problema ou assunto sejam escassos, como acontece com os tributos, onde um contador pode ser muito valioso. O mesmo vale para contatos com gerentes de banco, advogados, consultores, fornecedores, só para citar alguns.

- Permitir a confusão patrimonial, isto é, utilizar recursos da empresa para pagar despesas particulares dos sócios e seus familiares.
- Problemas legais decorrentes da não legalização da empresa, como, por exemplo, a instrução de processos trabalhistas devido à falta de registro de empregados.

O autor ainda vai mais longe ao realçar que, o não fornecimento de notas fiscais, impede a empresa de participar de concorrências públicas ou fornecer a outras empresas formalizadas.

Propostas para redução da mortalidade das MPEs

Este item busca resposta à segunda questão-problema:

“O QUE DEVE FAZER O MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR PARA QUE SEU NEGÓCIO SEJA SUSTENTÁVEL?”

Sugestões de alguns autores

A seguir, apresentaremos uma compilação dos motivos da mortalidade, suas causas e possíveis soluções, segundo os autores pesquisados neste estudo:

Falta de capital de giro

Autores: Linhares (2010), Assaf Neto (2008), Brom e Balian (2007), Cardeal (2006), Escrivão Filho (2012), Ferreira *et al* (2011), Dias (2011), Lemes Júnior (2002), Soares Neto, Poso e Tachizawa (2011), Melo (2010), Ribeiro Neto (2008) e Gitman (2010).



RELISE

Causas possíveis:

1) RÁPIDO CONSUMO DO CAPITAL DE GIRO COM:

- a) Imobilizações em excesso;
- b) Níveis elevados de estoques;
- c) Prazos de vendas muito longos;

2) ERROS:

a) A busca de empréstimos de curto prazo para investimentos com retorno de longo prazo.

b) vendas com descontos abusivos para fazer caixa;

Possíveis soluções:

- Sincronizar entradas e saídas monetárias: quanto mais previsíveis forem as entradas e saídas de caixa, menor será a necessidade de capital de giro.

- Fazer empréstimos de curto prazo para pagar com pontualidade débitos ocasionais ou sazonais.

- Aumentar o prazo para pagamento de fornecedores, reduzir prazos de recebimentos de clientes e reduzir estoque.

- Obter bom fluxo de caixa para controlar todas as entradas e saídas de recursos, para ter capital de giro.

Carga tributária elevada

Autores: Filardi (1996) e Domingos (2015)

Causas possíveis: Falta de planejamento tributário e falta de contador com aprofundamento em decisões gerenciais;

Possíveis soluções: cuidado com o Simples Nacional: diferentes faixas de renda, com mudança de carga tributária e cuidado para as novas adesões, principalmente no setor de serviços.



RELISE

233

Falta de clientes

Autores: Esther e Melo (2006), Mahmid (2012), Krom (2000) e Woiler (2010).

Causa possível: falta de controle na gestão de clientes.

Possíveis soluções: boa estratégia de vendas; fidelização e retenção de clientes; preço atraente e personalização do atendimento.

Ponto inadequado e concorrência

Autores: Motta (2010), Azolay (2000), Shane (2001) e Liu (2009).

Causa possíveis: Falta de conhecimento de mercado.

Possível solução: a escolha do local deve estar associada à linha de produtos e serviços oferecidos pois é quem vai determinar a formação de um público específico.

Flutuações da conjuntura econômica

Autores: Sousa (2012), Baradeu (2011), Mahamid (2012), Baron (2007), Liu (2009) e Corrêa (2009).

Causas possíveis: Recessão econômica decorrente de ações governamentais, que intimida os clientes a consumirem.

Possíveis soluções: medidas pontuais visando baratear custos de produção e o preço final; outras medidas para manter a atratividade do produto.

Problemas financeiros

Autores: Nascimento (2011), Santos (2012), Filardi (2006), Zwan (2011), Verheul (2011) e Thurik (2011).

Causas possíveis:

- Falta de controle financeiro (fluxo de caixa);
- Inadimplência de devedores;



RELISE

234

- Falta de informações referente a suas disponibilidades financeiras;
- Ausência de planejamento para o recebimento e pagamento de contas futuras;
- Falta de conhecimento acerca de recursos para saldar seus compromissos;

Possível solução:

- Aprimorar seus métodos de gerenciamento e de controle financeiro.

Falta ou deficiência de "mão-de-obra" (colaboradores)

Autores: Chaves (2008), Souza (2012), Moreira (2010), Deos (2009) e Constanzi (2010).

Causas possíveis: quadro de funcionários formado por familiares, filhos, esposa e pelo próprio empresário, quase todos sem qualificação profissional.

Possíveis soluções: capacitação.

Falta de crédito

Autor: SEBRAE (2015).

Causa possível: dificuldades para obter financiamentos, pois a verba do BNDES é administrada por bancos privados, que fazem exigências descabidas às MPEs e criam enormes dificuldades para liberação desses créditos.

Possível solução: reforma estrutural do BNDES, devendo ele ter agências próprias e ele próprio administrar essas verbas.

Propostas do SEBRAE para a redução da mortalidade de empresas



RELISE

235

Visando reduzir ainda mais a taxa de mortalidade das MPEs, o SEBRAE-SP (2010) formula as seguintes propostas:

- No âmbito dos indivíduos/ empresas:
 - Ações de apoio (orientação/capacitação), por fases de um negócio:
 - FASE X: futuros empreendedores (ainda não sabem que poderão se tornar empreendedores);
 - FASE 0: candidato a empreendedor (até 12 meses antes da abertura do negócio);
 - FASE 1: empreendedor recente (até 24/36 meses de atividade do negócio);
 - FASE 2: empreendedor maduro (mais de 24/36 meses de atividade do negócio);
 - FASE 3: reconversão do empreendimento/sucessão empresarial;
 - Desenvolvimento do comportamento empreendedor;
 - Programa de apoio aos candidatos e às empresas recém-abertas:
 - Planejamento antes da abertura;
 - Gestão do negócio;
 - Programa de apoio para empresas “maduras”
- Quanto ao ambiente de negócios:
 - Ampliação dos instrumentos de política pública
 - Implantação efetiva da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nos municípios paulistas;
 - Estabilidade de preços e no crescimento econômico.

CONCLUSÕES

O ponto de partida deste trabalho foi a constatação de que, apesar de protegidas por normas constitucionais e de sua reconhecida importância econômico-social, as micro e pequenas empresas encontram inúmeras e



RELISE

236

graves dificuldades para sobreviver, especialmente as mais jovens, das quais 23,4% são encerradas antes mesmo de completar dois anos da abertura.

O objetivo central do trabalho foi apontar quais são os principais fatores associados com a mortalidade das micro e pequenas empresas e encontrar medida que viabilizem a sua sobrevivência.

Para responder às questões-problemas propostas no início deste trabalho, foi feita uma revisão teórica sobre o assunto, a fim de subsidiar a composição de um conjunto de fatores relacionados com o encerramento das atividades das micro e pequenas empresas, chegando-se às seguintes conclusões:

Quanto à primeira questão-problema:

A pesquisa foi impulsionada pela indagação: POR QUE É TÃO ELEVADA A TAXA DE MORTALIDADE DAS MPEs?

Conclui-se que existe uma diversificada gama de fatores, internos e externos, de ordem teórica e prática, que **reduzem sua competitividade** e que muitos micro e pequenos empresários não conseguem superar, podendo resultar na morte de seus empreendimentos.

Quanto à segunda questão-problema:

Também se pretendeu saber: O QUE DEVE FAZER O MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DO SEU EMPREENDIMENTO?

Conclui-se que o micro e pequeno empreendedor deve conscientizar-se da necessidade de qualificar-se cada vez mais, adquirindo habilidades e competências organizacionais que determinam o seu sucesso através de boas práticas gerenciais e de empreendedorismo, adotando medidas aptas a aumentar a competitividade e assegurar a sustentabilidade de empresa.



RELISE

237

Por fim, conclui-se que o resultado obtido confirma algumas pesquisas brasileiras e internacionais realizadas nas últimas décadas. Espera-se que, somados, esses resultados possam orientar as políticas públicas, os empreendedores e as agências de fomento para a formulação de suas estratégias no sentido do desenvolvimento de competências administrativas para o sucesso das micro e pequenas empresas brasileiras.

Sugestão de novas pesquisas

O assunto ainda se mostra atraente para o desenvolvimento de novas pesquisas dada a presença de lacunas que persistem, decorrentes da amplitude e diversidade temática.

REFERÊNCIAS

ADIZES, I. **Os ciclos de vida das organizações**: como e por que as empresas crescem e morrem e o que fazer a respeito. São Paulo: Pioneira, 1996.

ASSAF NETO, A.; SILVA, S.A.T. **Administração do Capital de Giro**. São Paulo: Atlas, 2007

AUDRETSCH, D. B. **Innovation and Industry Evolution**. Massachusetts: MIT-Press, 1995.

AZEVEDO, J. H. **Como iniciar uma empresa de sucesso**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

BARON, R. A.; SHANE, S. A. **Empreendedorismo**: uma visão do processo. São Paulo: Thomson Pioneira, 2007.

BARROW, Colin. **The essence of small business**. Prentise Hall.1993

BATES, T. **Analysis of Survival Rates Among Franchise and Independent Small Business Startups**. Journal of Small Business Management, v. 33, n. 2, p. 26-37, 1995.

BIRLEY, S.; NIKTARI, N. Reasons for Business Failure. **Leadership & Organization Development Journal**, v. 17, n. 2, p. 52, 1996.



RELISE

238

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05.10.1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15.05.2017

_____. **Lei complementar n. 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o **Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte** (“Estatuto da Microempresa”, “Estatuto das MPEs”). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em 15.05.2017

COCHRAN, A. B. Small Business Mortality Rates: A Review of the Literature. **Journal of Small Business Management**, v. 19, n. 4, p. 50-59, 1981.

CONSTANZI, Rogério N. **Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda. Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/pnmpo/microcredito_ambito_politicas_publicas_trabalho_renda.pdf>. Acesso em: 15.05.2017.

DAVIS, H. **Business Mortality: The Shoe Manufacturing Industry**. Harvard Business Review, v. 17, n. 3, p. 331-339, 1939.

DIAS, F.A.S.D; SGARBI. **A importância de gestão de capital de giro**. Lins, outubro de 2011. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0074.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

_____. **Dificuldades e perspectivas no acesso de micro e pequenas empresas a linhas de crédito públicas: o caso de Chapecó**. Rev. Adm. Pública vol.48 no.5 Rio de Janeiro Sept./Oct. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122014000500011&script=sci_arttext : Acesso em 15/06/2015.

FERREIRA, C.C; MACEDO, M.A.S; SANT’ANNA, P.R; LONGO, O.C; BARONE, F.M. **Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 45, n.3, maio/junho, 2011.

FILARDI, Fernando; OLIVA, Fábio Lotti; Santos, Silvio Aparecido dos; Grisi, Celso Cláudio de Hildebrand; e Lima, Afonso Carneiro. (2012). **Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas**



RELISE

239

da cidade de São Paulo. Revista de Gestão e Produção, São Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823;

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2013.** Curitiba, 2013. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM_2013_Pesquisa_Completa.pdf> . Acesso em 07.06.2015

HOLMES, S.; HASWELL, S. **Estimating the business failure rate: a reappraisal.** Journal of Small Business Management, v. 27, n. 3, p. 68-74, Jul 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 19.02.2016.

_____. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas.** Brasília, 2010. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=9>. Acesso em 19.02.2016.

_____. **As micro e pequenas empresas no Brasil.** Brasília, IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/> Acesso em 19.02.2016.

LEMES JÚNIOR. A.B.; PISA, B.J.. **Administrando micro e pequenas empresas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LIU, J. Business failures and macroeconomic factors in the uk. **Bulletin of economic research**, n. 61, v. 1, 2009

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Overtrading e undertrading – os caminhos da falência.** Portal de Contabilidade. 2014. Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/overtrading_e_undertrading.htm>. Acesso em: 20.06.2015

KOTESKI, M. A. **As micro e pequenas empresas no contexto econômico brasileiro.** Revista FAE Business, n. 8, maio 2004.

MAHAMID, I. Factors affecting contractor's business failure: contractors' perspective. **Engineering, Construction and Architectural Management**, v. 19 n. 3, p. 269-285, 2012.



RELISE

240

MELO, Mayara Pontes. 2010. 72 fls. **A gestão financeira em micro e pequenas empresas: um estudo de aplicado à indústria de temperos Tina, no município de Cratêus –CE.** Graduação (Ciências Contábeis). Faculdade Lourenço Filho. FORTALEZA –CEARÁ. 2010. Disponível em <<http://www.flf.edu.br/revista-flf/monografias-contabeis/monografia-mayara-pontes-melo.pdf>>. Acesso em: 23 de março de 2015.

MOREIRA, Héber Lavor. **Um estudo sobre o desequilíbrio econômico-financeiro das empresas.** Publicado no website Perito Contador. Disponível em: <<http://www.peritocontador.com.br/artigos/overtrading.pdf>>. Acesso em 05.06.2015

RIBEIRO NETO, A. B. (2008). **Fatores que impactam o desempenho de pequenas empresas.** Tese de Doutorado em Engenharia de Produção Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. São Paulo : Pearson Prentice Hall , 2006.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; INTEGRARE – Centro de Integração de Negócios. **Práticas sustentáveis nas grandes empresas e suas demandas para as micro e pequenas empresas. Encadeamento produtivo.** Brasília, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Walter%20L.%20Oliveira/Downloads/Pr%C3%A1ticas%20sustent%C3%A1veis%20nas%20grandes%20empresas%20e%20suas%20demandas%20para%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em 06.02.2016.

_____. **Sobrevivência das empresas no Brasil.** Coleção Estudos e Pesquisas. Série Ambiente dos Pequenos Negócios. Brasília-DF. Outubro/2016. Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>>. Acesso em 27.01.2017)

SEBRAE/SP – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. **Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas.** Coleção Estudos e Pesquisas. Série Ambiente dos Pequenos Negócios. São Paulo-SP. Agosto/2010. Disponível em <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/mortalidade_12_anos.pdf>. Acesso em 06.06.2015

SOARES NETO, A.C.; POZO, H; TACHIZAWA, T. **O capital de giro como componente de um modelo de gestão no contexto das micro e pequenas**



RELISE

241

empresas: estudo em um segmento empresarial (cluster) da indústria têxtil. REUNA, Belo Horizonte, v.16, n.2, p. 53-70, Mai. ---Jun. 2011

SOUZA, E; ROSA, R. B da; SILVA, E. da. **O reflexo da carga tributária na mortalidade de microempresas.**110º CONEX. Apresentação Oral. UEPG. 2012.